



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O LIVRO E SEU PODER DE TRANSFORMAÇÃO NA SOCIEDADE

Angilene Santos Nascimento

Instituto Federal de Sergipe (IFS) - angilene@gmail.com

Érica Raquel de Castro Cavalcante

Universidade de Brasília (UnB) - cavalcante.erc@gmail.com

Resumo

O texto analisa algumas trajetórias do livro e sua importância na formação da sociedade, observa a evolução deste no que tange aos seus suportes e a influência na forma de ler, assim como nas transformações sofridas com o advento da imprensa. Além de trazer uma reflexão acerca do livro como objeto propulsor de transformações históricas, proliferador de ideias, desencadeador de costumes e alicerce de convicções, aborda o valor da leitura e do livro na formação e construção de valores no âmbito político, econômico e social. O artigo se divide em dois tópicos principais: a evolução do suporte do livro e sua interferência na representação dos sentidos por parte dos leitores e a censura destes no período em que o Brasil ainda era Colônia de Portugal.

Palavras-chave: educação, leitura, livro, sociedade.

INTRODUÇÃO

Desde o início da história o livro foi motivo de temor pelas classes dominantes, pela sua capacidade de proliferar ideias, impor normas, repassar costumes, incutir convicções, ditar valores e gerar transformações na sociedade. Falar do poder do livro é falar um pouco da história do livro, sobretudo no Brasil, quando este ainda era colônia de Portugal e tinha todas as suas obras rastreadas, sendo necessários “pedidos de licença para liberação de livros apresentados no Desembargo do Paço¹ no Rio de Janeiro” (ABREU, 2003, p. 147). Conhecedor do poder que o livro tem de mover uma nação, mudar o curso de sua história e ser o propulsor de grandes transformações, Portugal tinha suas razões quanto ao seu temor.

¹ Também referido como “Mesa do Desembargo do Paço ou Tribunal do Desembargo do Paço”, constituiu o tribunal supremo de justiça de Portugal, entre o século XVI e o início do século XIX.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Os livros transmitem e promovem a construção do conhecimento, desde a invenção da imprensa por Gutemberg em 1450, quando a divulgação do saber ganhou uma proporção extraordinária, por meio da explosão bibliográfica em um número exorbitante de publicações variadas, tomando conta do mundo. “De Súbito, a impressão fez que a palavra escrita se tornasse onipresente” (FISCHER, 2006, p. 189).

Primeiro veio o códice, que substituiu o pergaminho, depois o códice foi transformado pela invenção da imprensa. “Cada mudança na tecnologia transformou o panorama da informação, e essa aceleração prosseguiu num ritmo que parece ser incontrolável e incompreensível”. (DARNTON, 2010, p.2). Várias mudanças ocorreram com o advento da imprensa. De acordo com Darnton (2010, p. 158), “[...] os historiadores estudavam os aspectos da produção e difusão da palavra impressa, incluindo suas conexões com mudanças sociais e políticas”.

Refletir sobre essas questões é o objetivo desse artigo, que faz uma análise da história do livro, seu poder de persuasão e seu papel como precursor de ideias no âmbito histórico social, porque obviamente essa mudança trouxe um novo leitor, uma nova perspectiva e uma nova abordagem da leitura. Agora ocorria “a mudança gradual do mundo da oralidade para a sociedade da escrita” (FISCHER, 2006, p. 189). Analisar o livro ultrapassa as paredes das escolas e ele passa a ser visto como um objeto de estudo poderoso e decifrador de condutas.

A história da educação tem se preocupado cada vez mais em investigar a história do livro e buscado “compreender como as ideias eram transmitidas por vias impressas e como o contato com a palavra impressa influenciou o comportamento da humanidade” (DARNTON, 2010, p. 190). Investigar essas questões é compreender como ocorreram e ocorrem as transformações na sociedade, por meio desse objeto que tem despertado o interesse de muitos pesquisadores há algum tempo em âmbito mundial. Não se pode entender a história de um povo sem investigar a apropriação que este fez dos livros e os sentidos que lhes deram para moverem-se na direção em que construíram a sua própria história.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Partindo do pressuposto que na (re)construção dos rastros do passado é possível elucidar questões do presente, compreender comportamentos, ideias, transições de poder e toda a ‘movimentação’ histórica, que não é destituída de razões, quer explícitas, quer implícitas do indivíduo, em consonância com a sociedade que o cerca, são passos importantes para o futuro. Destarte, o objetivo deste trabalho é observar como o livro em vários aspectos influenciou e influencia uma sociedade.

O LIVRO E A LEITURA: CONTEXTUALIZAÇÕES

Quem escreve um livro não o faz de forma despreziosa, mas, tem a intenção de transmitir uma ideia, um conceito, passar a ‘sua mensagem’ de acordo com sua visão. Talvez por isso desde cedo o livro tenha sido, e ainda é, tão temido pela classe dominante: por que quem lê fará suas inferências, suas conexões com o mundo e consequentemente não sairá com as mesmas percepções depois de lida a última página.

A leitura não é um ato simples, mas sim problemático, que exige um leitor atento e vigilante a quem cabe à construção de sentido, porém cuja formação é tarefa precípua do escritor. Essa tarefa consistenas palavras de Tom Keymer, em envolver o leitor [...] em problemas de interpretação, resposta e juízo, análogos aos que ele é obrigado a confrontar no mundo lá foraa fim de informar sua capacidade de compreender o mundo e conduzir sua vida dentro dele (VASCONCELOS, 2011, p.73).

O livro é estrategicamente um objeto revolucionário, diante dele existe um ‘antes e um depois’ do sujeito e, por conseguinte, de uma sociedade, não se pode achar que a leitura é desprovida de interação e percepções, pois, para Chartier, (2009, p.35) “o processo pelo qual os leitores, os expectadores ou ouvintes dão sentido ao texto (ou às imagens dos quais se apropriam)” são fundamentais para a dinâmica que conspira as transições político, social e econômica de uma nação, dessa forma:



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

pensar as práticas leitoras [...] como simples contemplação textual, levar-nos-ia a cair num ingênuo radicalismo de vê-las isoladas dos aspectos que possibilitam a produção e a circulação do pensamento concreto [...] entendido como o registro material em formatos tangíveis que [...] e importância, têm contribuído e contribuí para a formação das mentalidades. (CASTELLANOS, 2007, p.30).

Talvez, por isso, tantos historiadores vêm se debruçando sobre o estudo de impressos variados e suas influências na vida das pessoas e de uma sociedade: numa tentativa de com isso “ajudar a compreender como algumas obras literárias moldaram mais poderosamente que os escritos dos historiadores, as representações coletivas do passado” (CHARTIER, 2009, p. 25). Assim, contribuem para elucidar questões do passado em consonância com questões do presente.

É importante ressaltar que até mesmo a forma do livro, sua estrutura gráfica, cada característica que envolve a sua produção até chegar ao leitor final são fatores preponderantes para a apropriação que dele será feita, assim não existe livros “que não dependa das formas através das quais ele chega ao leitor” (CHARTIER, 2002, p.18).

Os detalhes da produção de um livro são como ‘chamariz’ para o leitor, quer seja pelos apelos visuais da capa, da textura das folhas ou das imagens externas e internas, tudo são persuasões, insinuações para o que se pretende dizer e para o tipo de leitor e mensagem que se quer alcançar. Não fosse assim, todos os livros seriam de uma única cor e formato em que só a mensagem interna os discerniria, mas, quem se sentiria atraído e acreditaria que teria algo diferente em um livro de mesma cor e formato?

Destarte, como ratifica Chartier (2002) várias questões interferem na construção do sentido, como a forma, o suporte, e cada estrutura da transmissão da escrita. Se voltarmos no tempo e lembrarmos que o livro antes de ter a forma atual era rolo, códice, depois passou a ser impresso e por último os e-books, para o autor citado, mudar o suporte significa mudar o entendimento. A forma de ler se modifica a partir do momento em que, com o códice, é possível folhear as páginas, coisas que com o rolo não era possível. Vale destacar que o livro foi o primeiro produto cultural a ser industrializado e estandardizado.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Com as transformações do livro, do suporte, formatos e variação de temas, a leitura vai se moldando também, nas suas apropriações, formatos e percepções:

Tanto a passagem da leitura oral para a silenciosa quanto a da "intensa" para a "extensa", são apenas sucessões diacrônicas dominantes do ponto de vista de uma história social da leitura; essas mesmas diferenciações podem ser concomitantes ou simultâneas em determinadas sociedades e épocas, como também, de um ponto de vista psico-pedagógico, podem ser enfocadas como diferentes etapas do processo de aquisição de competência linguística individual. (REIMÃO, 2004)

É dessa forma que as representações são formadas, por isso, a importância de atentar para essas percepções, de modo a não acreditar “na naturalização de uma situação que é socialmente construída” (FERREIRA, 2010, p. 255) e sim, convenientemente elaborada e cheia de mensagens subliminares. Portanto, o livro e a leitura estão entremeados no processo de construção da história da educação e conseqüentemente de uma nação.

Cada leitor tem sua singularidade e suas especificidades no que tange seus valores, suas perspectivas e expectativas frente à vida e na sua relação com o outro, assim, cada texto lido, por mais que venha com suas intenções predeterminadas, terá sua representação e apropriação diferenciadas, dependente das variáveis citadas, portanto, “a leitura de um texto pode escapar à passividade que tradicionalmente lhe foi atribuída.” (CHARTIER, 2009, p. 59).

É notório que a sociedade é ditada por regras desde os primórdios, por meio de vários instrumentos de manipulação, persuasão e condicionamentos. Estes existem e regulam a vida das pessoas, pois “apesar de toda a liberdade individual de movimento, há também, claramente, uma ordem oculta e não diretamente perceptível pelos sentidos” (ELIAS, 1987, p. 21). Deste modo, o livro é considerado um desses instrumentos que tem poder preponderante para criar revoluções.



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O LIVRO E A CENSURA NO PERÍODO COLONIAL

Atualmente, ler um livro é uma atividade comum, simples e que parece tão fácil e rotineira, como ir a uma livraria ou fazer uma encomenda pela internet sem se importar em especificar o motivo da compra e quais fins eles terão, que apropriação será feita dessa leitura, assim como se pode ou não levar para outros lugares, em caso de viagem, que esquecemo-nos de um tempo, quando o Brasil enquanto ainda Colônia de Portugal, tinha essas possibilidades ‘rastreadas’ com chances de não se concretizar.

Em 22 de Abril de 1808 instituiu-se a Mesa do Desembargo do Paço no Rio de Janeiro, por Alvará Régio. Composta por leigos formados pela Universidade de Coimbra e por religiosos, seu objetivo era acolher solicitações de licença e autorização as mais variadas (ABREU, 2003, p.40).

Essa liberdade que se tem hoje no que tange a leitura era algo antes muito mais complexo, visto que Portugal tinha receios sobre o que poderia vir a acontecer se os colonos se deparassem com informações novas e pudessem causar uma revolução.

A vigilância das ideias era uma tentativa de conter qualquer espécie de revolução, visto que é exatamente o que acontece por meio da leitura e dos livros, como já foi abordado. As três instituições responsáveis pelo controle da divulgação das ideias – o Santo Ofício, Ordinário e o Desembargo do Paço, “controlava todo e qualquer tipo de escritos, sobretudo os impressos” (ABREU, 2003, p. 22).

O comércio livreiro também recebia as devidas orientações e caso não obedecessem às restrições impostas pelos órgãos censores, corriam o risco de punição. Observa-se que de todas as formas, desde a entrada, a saída e circulação de impressos, estava condicionada a prévias análises do que seria permitido ou proibido:

[...] do mesmo modo, caberia aos livreiros remeter listas dos livros que estivessem à venda, encaminhando exemplares daqueles sobre os quais os sensores manifestassem alguma dúvida, caso o livro ‘ofenda algum dos mencionados pontos’, sua venda seria proibida, cabendo ao comerciante entregar os exemplares que possuísse para a Livraria Pública. (ABREU, 2003, p. 41)



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Destarte, essas são questões relevantes que nos mostram o quão poderoso é o livro e sua capacidade de disseminar valores e ditar condutas, não fosse assim, não haveria motivos para as restrições impostas por Portugal, restrições essas que ocorriam também por lá. Abreu (2008, p. 21) afirma que “pareciam ameaçados pela circulação de livros e escritos” e Hallewell (1985, p. 22) explica que um livro poderia ser proibido “tanto por não se adaptar aos cânones aceitos do gosto literário quanto por seu conteúdo de ideias”. Na verdade, eram várias proibições com o intuito de impedir a possível evolução e independência do Brasil, a ‘questão dos livros’ aqui expressa é apenas uma delas.

As impressões tinham que ser feitas em Portugal, sem autonomia, e “ao estudar a atitude dos portugueses em relação à impressão no Brasil devemos ter em mente a importância que eles evidentemente atribuíam ao isolamento da colônia de todas as influências externas” (HALLEWELL, 1985, p. 21). Dessa forma, pensar no caminho que o livro percorreu no Brasil, desde o seu começo, é refletir sobre como essa estrutura determinou até hoje a estrutura social e até mesmo a própria estrutura dos leitores brasileiros.

Tudo que ocorreu em relação à censura eram basicamente “precauções dos portugueses para proteger sua colônia” (HALLEWELL, 1985, p. 29) quando o país viveu à margem das direções preestabelecidas pelo Governo português e, assim, como em qualquer âmbito da história em que existem tais influências externas na sua composição, só se debruçando nelas e estudando-as para compreender melhor o contexto atual. Os colonos só tinham como possibilidade de aquisição, a importação de Portugal, o que perdurou até 1807.

Portanto, para entender a própria história da educação, precisamos compreender por meio da história do livro, as restrições pelas quais este passou até se tornar atualmente, um objeto muito mais democrático, embora ainda com o mesmo poder persuasivo. Fazendo inferência ao grande poeta baiano Castro Alves²: “Livros a mão cheia e manda o povo pensar, o livro correndo n’alma é germe que faz a palma, é

² ALVES, Castro; Espumas flutuantes. 1870.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

rio que faz o mar”, ou seja, os livros constroem o saber, instigam o pensamento e talvez por isso sejam objetos de tanto respeito e receio, concomitantemente.

É sempre importante lembrar que houve este momento na história, de imposições no que tange a leitura, a circulação de livros e consequente controle de ideias e limitação de condutas:

[...] ordenando que nenhum Mercador de Livros, Impressor, Livreiro, ou Vendedor dos referidos livros e papéis, ouse vender, imprimir e encadernar os sobreditos livros, ou papéis volantes por mínimos, que sejam, sem aprovação, e licença da sobredita Mesa. (ABREU, 2009, p. 22-23).

Como já destacado anteriormente, o grande receio era o da proliferação de ‘ideias perigosas’, ou seja, que pudesse levar as pessoas a refletirem sobre os fatos, fazerem analogias e assim mudarem as circunstâncias sociais em que se encontravam, porque “temendo a difusão de ideias perigosas, fazia com que seus órgãos de censura controlassem não apenas o envio de livros para as colônias d’além-mar, mas também a movimentação livresca” (ABREU, 2003, p.23)

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa Bibliográfica Qualitativa, fundamentada em vários teóricos da educação e da sociologia, como Chartier (1994); (2002); (2009), Certeau (1994), com estudos relevantes no que tange às práticas investigativas e seus respectivos objetivos nos novos cenários investigativos. Assim como alguns autores que tem recorrido sobre a história do livro e da leitura no Brasil e no mundo, como: Abreu (2003), Darnton (2010), Hallewell (1985). De modo que foi feita uma relação entre os autores e as conexões e suas respectivas temáticas. É importante levar em consideração que, neste tipo de pesquisa, o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa (GOLDENBERG, 1997, p.34). Tentou-se colocar os fatos diante dos argumentos alicerçados pelos autores em questão.



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre essas questões do passado é compreender as composições do presente e as perspectivas para o futuro. Em cada sociedade o livro e a leitura terão uma representação “e os significado dos textos depende das capacidades, das convenções e das práticas de leitura próprias das comunidades que constituem, na sincronia ou diacronia, seus diferentes públicos” (CHARTIER, 2009, p.37).

Portanto, é demasiadamente significativo entender como essas representações vão sendo formadas por meio das apropriações que cada comunidade faz de suas leituras. Assim refletir sobre essas questões são contribuições importantes para a história da Educação Brasileira.

A história não pode ser contada de uma maneira neutra e objetiva, ela se alia a várias outras disciplinas para sua perfeita compreensão. A educação tem uma função primordial na formação e transmissão de valores.

Isso porque sabemos que a educação é um ato político, que seu fazer não é inócuo, ao contrário, é comprometido e serve para formar a personalidade das pessoas, transmitir valores, determinar proibições, enfim modelar identidades (FERREIRA, 2010, p. 255).

A História da educação passa a avaliar seus pormenores, além das questões políticas, professores, alunos, Instituições passam a ser investigados. Posturas, costumes e não apenas discursos, são fundamentais para compreender a educação de forma mais abrangente e isto implica “novas modalidades de construção, publicação e recepção dos discursos históricos”. (CHARTIER, 2009, p. 59).

Não se pode mais excluir esse tripé tão importante para se conhecer profundamente a história: o livro - a leitura - o leitor. Estudar esses aspectos perpassa as paredes das escolas, estes se tornam objetos de estudos junto com suas representações e apropriações.

Por isso, vários autores têm estudado de forma profunda sobre o livro e a leitura, por meio de pesquisas significativas para várias percepções que passam despercebidas e



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

nos impedem de analisar de forma macro todos os acontecimentos do cotidiano, porque o ‘homem ordinário’, os ‘não lugares’ como diz Certeau (1994) são fontes importantes de pesquisa onde há um conjunto de enredos tecidos pelos jogos de poder (BOURDIEU, 1990).

O livro passa a ser um objeto que perpassa a sala de aula e passa a ser digno de ser analisado como forma de transmissão e construção de informações importantes, porque por meio dessas representações se percebe os entremeados em que se constroem a história, se movimentam os discursos, se desfazem os domínios, se formam novos domínios, ocorrem as transições políticas e sociais e, a partir dessas, se constrói a história.

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia. **Os caminhos dos livros**. São Paulo: FAPESP, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

CASTELLANOS, Samuel Luís Velásquez. **Práticas de leitura no Maranhão na Primeira República**: entre apropriações e representações. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Maranhão. Centro de Ciências Sociais. São Luís, 2007.

CERTEAU, Michael. **A invenção do cotidiano**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. V.1.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

_____. **A invenção do cotidiano – Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. **Formas e sentido - cultura escrita: entre distinção e apropriação**. Campinas: Mercado das letras, 2002.

DARNTON, Robert. **A questão dos livros: passado, presente e futuro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

FERREIRA, Maria Mary. **Educação feminina e gênero**. In: CASTRO, Augusto Cesar, (Org.). *Leitura, impressos e cultura escolar*. São Luís: EDUFMA, 2010. p.255.

FISCHER, Roger. **História da leitura**. São Paulo: UNESP, 2006.

GOLDENBERG, P.; MARSIGLIA. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

HALLEWELL. **O livro no Brasil**: sua história. São Paulo: Queroz editor, 1985.

NORBERT, Elias. **A sociedade dos indivíduos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

RIMÃO, Sandra. **Livros e televisão**. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.

VASCONCELOS, Sandra Guardini. *Romances e leitura na Inglaterra setecentista*. In: CHARTIER, Roger, **A força das representações**: história e ficção. Chapecó, SC: Argos, 2011.